

Russificação Soviética e Pós-soviética: Autoridade Política e Etnicidade, 1917-1997

“Conseqüentemente, se algo viesse a ocorrer para romper a unidade e a eficácia do Partido como instrumento político, a Rússia Soviética poderia ser transformada, da noite para o dia, de uma das mais fortes em uma das mais fracas e mais lastimáveis das sociedades nacionais”.

(George F. Kennan, In *Foreign Affairs*, julho de 1947)

O termo **russificação** deve ser entendido aqui como o processo de formação do aparato institucional do Estado soviético depois da Revolução Russa de 1917. O processo de centralização administrativa com base na estrutura de partido único irremediavelmente fundiu a construção do socialismo soviético com a difusão do russo como língua predominante da administração, de acesso às escolas, às universidades e ao aparato do partido, assim como, referência de cultura (língua interétnica) e de mobilidade social para todas as outras nacionalidades que comporiam a URSS. A longo prazo, o aparato do Estado Soviético criaria um efeito de distanciamento sobre o resto da população: com exceção de uma cooptada elite local (o setor dependente do Estado), os cidadãos soviéticos jamais sentiram que uma *nação soviética* efetivamente tivesse existido; mesmo entre os russos, o Estado Soviético era sentido como uma extensão natural da nação russa. Entretanto, a russificação deve ser compreendida mais amplamente do que uma simples predominância do russo como “cultura-rei” no aparato do Estado: ela significou também a etnicização da vida política da URSS, bastante visível para o mundo depois de sua desagregação em dezembro de 1991, quando os estados independentes definiram suas linhas de conflito sem alterar o contorno etno-federalizador da política das nacionalidades de Lenin (1870-1924) e Stalin (1879-1953). Antes da Revolução Bolchevique, Lenin havia pensado que os suportes regionais da política administrativa não deveriam ser baseados em linhas étnicas. Afinal, deveria haver uma solidariedade internacional de classe antes que de nacionalidade. Entretanto, as lutas contra a dominação czarista revelaram um caráter de libertação nacional e, por isso, para se construir uma nova formação estatal estável seria necessário, segundo Lenin, fazer concessões de direitos com

base nas nações. Nisto residiu um problema central: Quais as fronteiras de uma nação?

Fazer uma federação soviética de estados “nacionais *na forma* e socialistas *no conteúdo*” significou na prática a (re)construção de nacionalidades pelo Estado, re-hierarquizando velhas tensões e criando novas no interior das circunscrições administrativas que surgiriam. Instituições políticas de caráter ambigualmente assimilativo/exclusivo foram sendo estabelecidas no interior de cada nível administrativo, com replicações não somente do aparato centralizador do Estado e de Partido Comunista, mas também instalações de âmbito cultural, científico e educacional. A promoção da *cultura soviética* – na verdade, uma memória da Revolução em russas roupagens – presumia a progressiva dominação de todas as outras culturas, menos a russa, a partir de quatro níveis de unidades político-administrativas “eticamente fundadas”: das mais de 100 nacionalidades soviéticas, somente 53 foram eventualmente *identificadas com um território específico* e receberam o *status* de “nacionalidades titulares” e, destas 53 nacionalidades titulares, 15 foram designadas pelo mais alto *status* de **Repúblicas Socialistas Soviéticas** (RSS) ou “união das repúblicas”; seguindo em ordem descendente de *status* através e dentro dos territórios da “união das repúblicas” estariam 20 **Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas** (RSSA), 8 regiões autônomas (*oblasti*) e 10 áreas autônomas (*okrug*). No entanto, além de mais de a metade dos grupos nacionais da URSS não ter reconhecimento político como nações, somente às RSS era permitido o direito de secessão.

Para Lenin, o fato de algumas nações ganharem distinção representava uma antecipação de assimilação, ou seja, a unidade não seria construída sem homogeneidade. Por isso, não paradoxalmente, onde as nações não existiam foram criadas, trazendo questões étnicas para certas áreas ou regiões onde anteriormente não existiam: o caso mais exemplar é o Tadjiquistão, em que uma identidade política tadjique não existia antes da demarcação das fronteiras estatais, sendo, pois, uma criação soviética por excelência. Esta política inicial das nacionalidades é o que foi chamado em russo de *enizatsia*, ou seja, **nativização**: as “culturas nacionais” foram promovidas (“folclorizadas”) e aos membros de certas nacionalidades foram dadas preferências no acesso a benefícios controlados pelo Estado, como educação, habitação e emprego, para os quais necessitariam do russo. Portanto, as políticas econômicas deram *apoio soviético* para as nacionalidades com base na premissa de

conceder a cada uma conforme as suas necessidades e obter de cada uma conforme as suas habilidades.

A política de distribuição de recursos da união fundou-se, portanto, na afirmação de **uma** base nacional de ação. Resumidamente, pode-se dizer que se fragmentava a *população soviética* para manter a unidade administrativa a partir de bases étnicas de patronagem política. A desconfiança das lideranças centrais em relação a toda forma de manifestação ritualística de nacionalismo das periferias temperou os efeitos do *reenquadramento cultural soviético*, exacerbando nas populações locais excluídas a sensação de estarem sob um regime colonial que captava seus recursos e não os redistribuía conforme a propaganda oficial do regime em torno dos ideais socialistas. Não por acaso, para muitas nacionalidades, a *autonomia* servirá como um contraponto político de sentido bastante específico: a *oportunidade de manter as riquezas em casa*. Portanto, havia um enorme fosso entre as nacionalidades de *jure* e as nacionalidades de *facto* da URSS e, com o passar do tempo, uma definição passou a contaminar a outra, fazendo com que as demandas dos *outsiders* fossem feitas e norteadas a partir de uma busca de maior participação no interior da própria estrutura estatal.

Durante os anos dos governos Stalin (1924-1953) e Brejnev (1964-1982), a tentativa de criar um “povo soviético” ou uma “nova sociedade histórica” adquiriu feições mais autoritárias: instituições burocráticas foram formadas massivamente com linhas simétricas de autoridade desde Moscou até os governos locais; nos territórios fora da Rússia, Stalin foi aniquilando as elites tradicionais dos primeiros anos da Revolução e foi apontando quadros étnicos para estabilizar novos poderes diretamente subordinados ao Centro; particularmente nas regiões não eslavas, o centro soviético tentou convencer uma variedade de nações que não teria prioridade cultural no *período soviético*, ao mesmo tempo que consolidava uma elite administrativa local interessada em manter a lealdade de seu grupo étnico e, assim, ter tanto acesso direto aos recursos locais ou advindos do Centro quanto controle sobre os meios de comunicação locais. Por isso, além do deslocamento forçado de massas inteiras de população como forma de punição por manifestações de autonomia política e cultural – como foi o caso exemplar da deportação de chechenos para a Ásia Central em 1944, que resultou na morte de mais da metade da população –, durante todo o *período soviético* a migração de russos para repúblicas não-russas foi promovida pelo *Estado soviético*. Intensificou-se também a

doutrinação política através das escolas e grupos jovens, as organizações religiosas foram reprimidas e as economias locais se tornaram mais dependentes do centro planejador soviético.

Olhando prospectivamente, os anos do governo de Krushchev (1953-1964) parecem um breve interlúdio nessa tendência geral. Para além da família, da vizinhança e da vila, a sociedade soviética foi tolhida de formas próprias de organização de seus interesses, sendo estruturada *por* e dependente *do* aparato do Estado. Por isso, quando reagiu *contra* ou se acomodou *a* esta estrutura, a população usou o **dispositivo tradicional de poder** que tinha a seu alcance: a *patronagem política* (eticamente determinada ou não) tendeu a estabilizar elites locais e teias de dependentes cujos interesses se fundiram diretamente com o centro. As autoridades centrais determinavam o perfil econômico de cada região, alocavam recursos, tomavam o que desejavam, cobravam taxas, redistribuíam recursos entre as regiões e fixavam o tamanho dos orçamentos de cada república ou região. Como responsáveis por sua república ou região, as elites locais cuidavam das taxas que deveriam ser pagas, do alimento da população e da manutenção da lei e da ordem, além de serem os controladores diretos da produção agrícola. Krushchev, por sua vez, havia ensaiado a descentralização administrativa ao permitir que as elites locais definissem planos econômicos e metas específicos às suas regiões; entretanto, baseou sua política de ação afirmativa sobre a velha estrutura das majorias étnicas, ao mesmo tempo que tornou ambígua e insegura a posição dos apoios locais ao tentar eliminar a vitaliciedade nos quadros administrativos do Estado e do Partido Comunista.

A tendência à *localização* e fortalecimento do aparato do Estado e do Partido no interior das elites regionais e republicanas foi reforçada por Brejnev, mas de forma distinta de Krushchev: em vez de mover as pessoas de uma região para outra ou tornar rotativa e voluntária a sua participação na burocracia do Estado e do Partido, ele reestreitou a relação entre o centro e as periferias ao *estabilizar* a composição de seus aparatos regionais a partir de membros escolhidos pela própria elite local e, de preferência, de uma nacionalidade titular. Assim, diferentemente do período de Stalin, as carreiras horizontais raramente se estenderam até Moscou: para a maioria das lideranças republicanas, o alvo principal estava dentro de sua própria república ou região, tornando os aparatos administrativos do centro um reforço extra com o qual se podia contar para se manter no poder. Por outro lado,

como contra-efeito, a linha de lealdade dos oficiais do partido, dos soviets e mesmo do KGB também tendeu a se horizontalizar: foram influenciados mais pelas lideranças políticas republicanas do que por aquelas da união.

Entretanto, o efeito da *localização* do poder do Estado e do Partido não teve o mesmo significado para todos: os russos não sentiam diferença entre os aparatos da URSS e da Rússia, visto que na prática as suas instituições se sobrepunham; para as repúblicas não-russas, a *localização* era sentida como uma conquista de relativa autonomia em relação ao poder central da URSS – uma leve “desrussificação da união”, mas a deferência ao centro continuou sendo uma regra de sobrevivência para os “titulares do poder” de cada localidade. As elites locais eram uma espécie de corpo intermediário que servia ao centro e justificavam o seu privilégio de governo por manterem bem regrada a sua população, estabelecerem ordens e adequarem a política econômica de acordo com as diretrizes vindas de cima. O governo de Moscou ainda era percebido por elas como um centro imensamente poderoso, distribuidor ilimitado de recursos e protetor contra eventuais oposições locais.

No entanto, a administração industrial não tendeu à *localização* e, particularmente nas regiões não eslavas, era contrastante a presença de russos como administradores e operários diretamente subordinados ao centro. A existência de grandes empresas, quase sempre partes do complexo industrial-militar, significava a esmagadora presença de diretores vindos diretamente de Moscou e que traziam ordens dos ministros da indústria. Os oficiais do partido e dos soviets locais deveriam estabelecer boas relações com os diretores para garantir os objetivos e interesses locais, visto que tais empresas eram quase sempre responsáveis pela provisão de recursos federais para habitação e serviços sociais do lugar, que eram em parte desviados por membros da elite local para seus consumos privados e para a manutenção de sua rede particular de patronagem. Logicamente, tal estrutura seria um pólo de disputas no período pós-soviético.

Oficiais do partido e dos soviets, diretores de indústrias, administradores das fazendas estatais e coletivas, todos se sentiam como responsáveis pela administração dos recursos do Estado e, já que tinham que “carregar este fardo”, justificavam o tratamento diferenciado que tinham no interior da sociedade soviética. No entanto, a sua inclusão com sua rede particular de clientes significava necessariamente a exclusão de muitos outros da estrutura deliberativa do Estado, assim como a construção de um arcabouço para disputas que se manteria mesmo

depois da desagregação da URSS – quando, então, a Rússia surgiria como a principal mediadora dos conflitos de interesses entre as repúblicas pós-soviéticas. No contexto soviético, mesmo quando o objetivo era a desagregação do antigo aparato administrativo do Estado, as resistências à estrutura de poder ocorreriam dentro de seus limites: a *patronagem* e o *nacionalismo* continuaram sendo os principais filtros para a negociação. Algumas tipologias podem nos ajudar a entender essa outra face da russificação.

As relações do centro com as nacionalidades não titulares foram de completa *assimilação*, visto que não se criou para elas nenhuma estrutura que pudesse diferenciá-las como uma cultura de Estado: territórios e direitos lingüísticos não foram delimitados e, assim, muitas de suas práticas culturais se viram enfraquecidas. Por outro lado, a relação das nacionalidades não titulares com o centro foi de *colusão* quando tentaram trazer para a sua proteção o aparato estatal contra as nacionalidades titulares que por ventura se tornassem uma ameaça contra a sua continuidade física ou cultural. Neste caso, ao chamar para si o aparato do Estado contra as nacionalidades titulares, a reação das nacionalidades não titulares é de *libertação*. Nas relações dos bashkir, buryat, chukchi, chuvash, karachai e tártaros com o centro soviético, o nacionalismo de *colusão* era mais aparente. Por sua vez, em relação ao centro, o nacionalismo das nacionalidades titulares poderia ter um caráter de *libertação* para aquelas que a longo tempo desejavam ter seu próprio monopólio sobre os aparatos locais do Estado e sobre os mecanismos econômicos regionais, assim como, impor suas próprias normas à população, solapando o poder de o centro aplicar uma regulação direta e unitária. As repúblicas da Ásia Central, do Báltico e a Geórgia enquadrar-se-iam mais perfeitamente neste caso. No contexto soviético, o centro é visto mais como russo (que é uma nacionalidade titular) do que soviético pelos povos não-russos. Não há uma nacionalidade toda-abrangente sentida como soviética: um nacionalismo de *colusão* ou *libertação* em relação ao centro enxerga russos e não soviéticos.

Além dos casos já assinalados, o nacionalismo pode adquirir a forma de *competição* quando duas ou mais nacionalidades titulares dentro de uma mesma região ou república disputam entre si territórios, recursos naturais e logísticos e a precedência em sua gestão, o que abriria uma brecha para a intervenção do poder central no contexto soviético, ou da Rússia ou outros países vizinhos no contexto pós-soviético. Exemplos deste tipo podem ser encontrados nas relações

estabelecidas entre uzbeques, tadjiques, armênios e turcos, assim como nas relações entre a Rússia e as nacionalidades da fronteira oeste. De igual forma, dentro de uma região ou república, nacionalidades não titulares podem expressar entre si nacionalismo de *competição* e fazer *colusão* com uma nacionalidade titular.

No contexto pós-soviético, um novo fenômeno de identidade nacional tornou-se evidente, demonstrando a sua continuidade com o processo soviético de russificação: a *colusão* de nacionalidades não titulares definidas etnicamente como não-russas – mas que têm o russo como primeira língua para a vida familiar e de convívio social mais amplo (como judeus, poloneses, ucranianos e bielo-russos) – tem tido o efeito de *tradicionalizar* e, portanto, *mobilizar uma identidade* reativa às nacionalidades titulares das repúblicas não-russas. Como a nacionalidade titular de cada república soviética definia uma hegemonia interna, apenas uma parcela menor da população entre as titulares não-russas efetivamente se preocupou em dominar o russo (a língua da administração *soviética*), ao passo que o russo tornou-se para muitas populações residentes não titulares uma língua de unidade. Assim, o processo de russificação delineou uma certa ambigüidade: no interior das repúblicas não-russas, o russo tendeu a desaparecer como etnia, mas revigorou através das “nacionalidades que falam o russo”, tendo alcançado grande visibilidade no contexto das soberanias pós-soviéticas. O irônico de todo este processo é que tais *nacionalidades que não são titulares e não são russas mas hegemonizaram entre si o russo* tornaram-se diaspóricas sem que houvesse uma *homeland* para reivindicarem como lugar de imaginário retorno, posto que nem mais existe a *pátria soviética*. A ausência de ligações sociais no passado torna as estratégias assimilacionistas mais difíceis no presente, particularmente quando este é marcado por uma excessiva individualização dos problemas sociais, pelo aumento da desigualdade social e pela apatia política, levando a maioria dos russos a expressar completa indiferença quanto ao destino de “seu povo” dentro e fora da Rússia.

No entanto, a indiferença não barra os processos deliberativos que definem os rumos de um governo: em 1993, menos da metade dos eleitores compareceu às urnas em abril para votar o referendun de Boris Yeltsin sobre a reforma constitucional que tornaria o poder executivo mais forte na Rússia, e apenas 1/3 dos eleitores participou das eleições parlamentares de dezembro, quando os tópicos da segurança, da ordem e da estabilidade estiveram na boca de muitos candidatos. Ao final dos anos de 1990, a grande maioria da população russa não se sentia

responsável pelos rumos do desenvolvimento de seu país, o que representa um sentimento de descrença, de não pertencimento ao todo social ou às suas instituições políticas muito perigoso para a autonomia democrática, visto que pode exacerbar tanto as demandas por *carismas de chefes políticos autoritários* quanto aquelas por *carismas grupais* de maior ou menor escala. O governo da Federação Russa continua tendo um interesse especial em justificar a sua esfera de influência sobre os “estrangeiros próximos” afirmando serem uma *preocupação da Rússia* os direitos dos povos que falam russo, embora as suas fronteiras não estejam tão permeáveis e nem a sua população esteja disposta a receber novos imigrantes.

Os sentimentos de nacionalismo que foram tipificados não são mutuamente excludentes, mas devem ser entendidos conforme cada contexto político, demográfico e de relações de poder. Com a desagregação da URSS, vários centros de disputas surgiram dentro e entre as 15 repúblicas que emergiram nos marcos da antiga estrutura. Cada novo centro vem buscando definir suas hegemonias regionais. O próprio governo Russo esforçou-se em coordenar a formação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI) e, entre 1992 e 1994, muitas das ex-repúblicas soviéticas acrescentaram à integração econômica a possibilidade de formar uma unidade regional integrada de defesa. Das 15 repúblicas, apenas Letônia, Estônia e Lituânia não se integraram, ao passo que a desconfiada Geórgia de Shevardnadze entrou na CEI em 22 de outubro de 1993.

Com a Rússia monopolizando pontos chaves da infra-estrutura econômica e estratégica, em particular a exportação e importação de energia, a CEI poderá servir como uma forma de reintegração dos antigos estados soviéticos em uma nova estrutura imperial. Como resultado, uma forma de *colusão* vem surgindo entre a Rússia e as nacionalidades não titulares das outras repúblicas, particularmente nas áreas de fronteiras. O seu efeito mais imediato é a limitação do vôo das soberanias dos novos estados, que sofrem a ameaça periódica da intervenção de tropas russas toda vez que a situação interna (inter-étnica ou inter-religiosa) torna-se excessivamente instável. Nas relações centro/periferias pós-soviéticas, o imperialismo neo-russo tem uma forte componente etno-nacionalista: as possíveis bases da assimilação não são supranacionais, mas nacional-russas. Isto torna imensamente insegura a situação das *minorias russas* fora da Rússia: o censo de 1989 já apontava que o número de russos nas repúblicas soviéticas não-russas era de 23 milhões de habitantes. Entretanto, os possíveis apoios russos às minorias não

são incondicionais, mas sim levados conforme os próprios interesses estratégicos da Federação Russa. Da mesma forma, muitos russos fora da Rússia – como é o caso daqueles que vivem com um padrão de vida mais alto na Ucrânia que seus congêneres na Rússia – dificilmente enxergam nela uma possível *homeland*.

As relações políticas pós-soviéticas mais do que nunca vêm se etnicizando: as pessoas começaram a considerar que seus interesses somente poderiam ser melhor representados por um administrador que fosse o seu igual em etnia e/ou religião. Isto significa um completo apagamento da precária identidade política de “povo soviético”, um desvio na autonomia civil democrática e uma solução sempre violenta (eticamente situada) para as divergências de projetos políticos. As populações russas se tornaram por si mesmas uma ameaça à estabilidade dos novos governos fora da Rússia já que ocupam o papel de minoria que busca lugar de expressão no seio de suas instituições políticas, econômicas e culturais; tanto mais porque, em nome de uma identidade russa transnacional, os estados pós-soviéticos correm o risco periódico de sofrerem intervenções armadas da Rússia. Os perigos são particularmente grandes em regiões onde os russos se concentraram em uma base territorial bem demarcada, como no nordeste da Estônia, no norte do Kasaquistão e na Moldávia, o que pode suscitar uma intervenção **em nome de uma *homeland russa***. Portanto, pode-se dizer que a lógica das estruturas de poder que possibilitaram a russificação permaneceu intacta mesmo depois da desintegração do sistema soviético, e vem temperando as relações políticas, econômicas e diplomáticas entre os governos pós-soviéticos.

Alexander Martins Vianna

Laboratório de Estudos do Tempo Presente – TEMPO

Referências Bibliográficas:

- BREMMER, Ian; TARAS, Ray (ed.). *New States, New Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FREEZE, Gregory L.. "From Stalinism to Stagnation, 1953-1985". In **Russia History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.
- HOUTEN, Pieter van. "The role of a minority's reference state in ethnic relations". In **Archives Européennes de Sociologie**, t.39, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. pp.110-146.
- LAITIN, David D.. "Identity in formation: the russian-speaking nationality in the post-Soviet diaspora". In **Archives Européennes de Sociologie**, t.36, n.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. pp.281-316.
- McCAULEY, Martin. "From Perestroika towards a New Order, 1985-1995". In **Russia History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.
- MÜLLER, Klaus. "'Modernising' Eastern Europe: theoretical problems and political dilemmas". In **Archives Européennes de Sociologie**, t.33, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp.109-150.
- ORLOVSKY, Daniel. "Russia in War and Revolution, 1914-1921". In **Russia History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.
- SHLAPENTOKH, Vladimir. "Russian Patience: a reasonable behavior and a social strategy". In **Archives Européennes de Sociologie**, t.36, n.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. pp.247-280.